

# 15

# Cadernos de opinião

Cr\$  
100,00

## **A Política (e os limites) da "abertura"**

*Luciano  
Martins*

## **Israel Estado, Palestino, Anti-semitismo e brasileiros- judeus**

*Maurício  
Segall*

## **Einstein e Israel**

*Isaiah  
Berlin*

## **Joan Robinson no Brasil**

*Eduardo  
Matarazzo  
Suplicy*

## **Itália e as Brigadas Vermelhas**

*Thomas  
Sheehan*

## **Interdependência e Desenvolvimento**

*Fernando  
Henrique  
Cardoso*

## **A Crise da Economia e o "pacote agrícola"**

*Ivan  
de Otero  
Ribeiro*

## **Identidade Hoje: Crise e Apelo**

*Raquel  
Gerber*

## **China e União Soviética, Estatismo e Socialismo**

*L. C. Bresser  
Pereira*

## **A Controvérsia da Demanda Efetiva**

*Antonio  
Barros  
de Castro*

## **A Nação- Potência como um Projeto do Estado e para o Estado**

*Carlos  
Lessa*

## **Primeira Declaração Suruí**

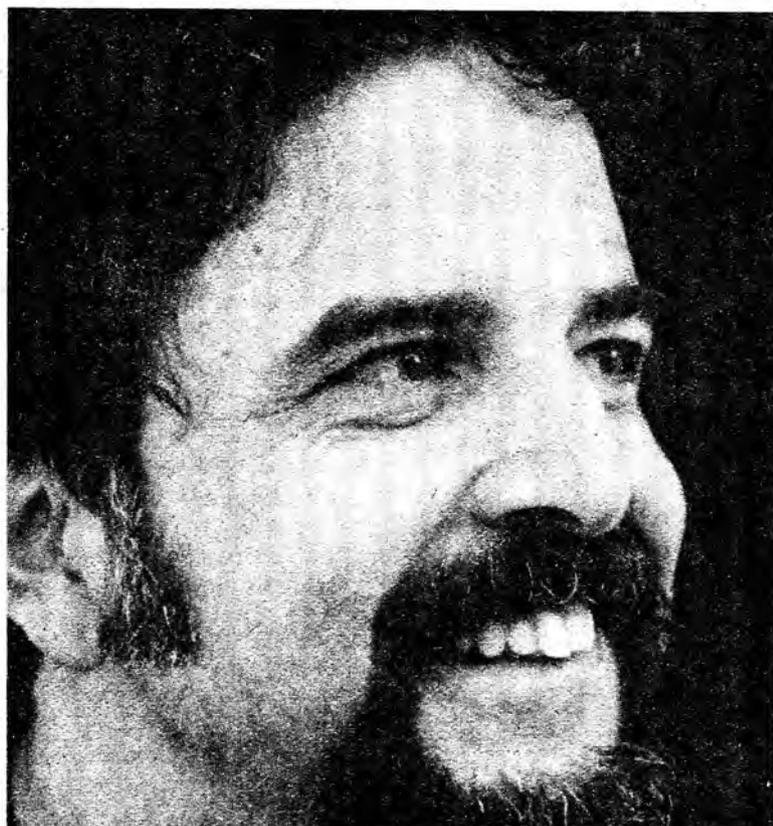
*Betty  
Mindlin  
Lafer*

---

# A controvérsia da demanda efetiva

*ANTONIO BARROS DE CASTRO*

---



## Introdução

Num livro recentemente publicado procurei estudar a expansão do capitalismo no pós-guerra, bem como as origens da crise atual, através de uma perspectiva histórico-teórica fundada em Marx, Schumpeter e outros autores.<sup>1</sup> Busquei então mostrar que a compreensão do ocorrido no período

exige um esforço preliminar de “desobstrução teórica”, que permita enxergar o capitalismo sem os óculos – ou antolhos – keynes-kaleckianos. Mais precisamente, parece-me necessário recuperar a idéia de que o capitalismo se desenvolve através de surtos expansivos os quais culminam em situações de “auge”, quando, momentaneamente, em meio à euforia e à espe-

culação, o capitalismo parece haver vencido o seu destino. A compreensão desta realidade encontra-se em pleno curso na sucessão de trabalhos que a partir de Marx, diretamente, ou através de seu discípulo Tugan-Baranovsky, haviam prosseguido especialmente em Kondratieff e Schumpeter<sup>2</sup> – tendo ainda recebido importantes contribuições do “institucionalista” Mitchell<sup>3</sup>. Mas a Grande Depressão dos anos 30 – e as teorias que nela se inspiram – vieram interromper esta longa e profícua caminhada teórica. Daí por diante todo aquele que se dedicasse ao estudo da evolução do capitalismo seria levado a escolher entre: admitir que o problema central do capitalismo é a “adequação da demanda efetiva”, havendo então que apontar, a cada passo, como este problema é contornado; ou mostrar como – através de que mecanismos – uma variação qualquer da produção global tende a se fazer acompanhar de uma variação equivalente da demanda global. A primeira posição contária, entre seus membros, com Keynes e Kalecki, bem como os keynesianos de esquerda e um influente grupo de marxistas-keynesianos. Do lado oposto ficariam aqueles para os quais o capitalismo tende a operar – e a expandir-se – a pleno emprego e com plena utilização da capacidade instalada. De acordo com o primeiro grupo – e na esteira dos



virulentos ataques feitos por Keynes aos economistas ortodoxos de seu tempo<sup>4</sup> – o segundo grupo de autores reúne aqueles que, em última análise, se mantêm cativos da lei de Say.<sup>5</sup>

Polarizada a discussão em torno a essas posições, não poderia a evolução recente do capitalismo ser entendida como aquilo que foi: um longo surto expansivo, no qual é possível distinguir a retomada, a expansão propriamente dita, e o auge eufórico final. Diante desta realidade fundamental, ignorada por ambas as correntes acima mencionadas, a grande tradição da teoria do ciclo – adiante comentada – teria muito a dizer. Demonstrá-lo não é contudo o objetivo das páginas que se seguem, onde buscamos fundamentalmente responder àqueles que pretendem manter o debate acerca do funcionamento do capitalismo encapsulado na disjuntiva: admitir, ou negar, o princípio da demanda efetiva. Com este in-

tuito lançaremos mão da obra de Kalecki, o mais penetrante e, em certos meios, o mais influente dos autores para quem a questão da demanda efetiva constitui o problema central do capitalismo e um divisor de águas na teoria econômica.<sup>6</sup>

### Da insuficiência do consumo às Teorias da estagnação.

Em diversas passagens da teoria geral de Keynes, bem como em diferentes escritos de Kalecki pode ser encontrada a idéia de que o sistema em que vivemos não tende à plena utilização dos recursos à sua disposição. A proposição verdadeiramente central na obra de ambos os autores compreende a rigor duas teses. De fato, o que Keynes e Kalecki estão nos dizendo é que:

– se, por alguma razão, a demanda global se revelar insuficiente para garantir o pleno emprego da

mão-de-obra (e a plena utilização da capacidade instalada), não existem no sistema mecanismos que assegurem a correção automática da situação. Em tal caso, a economia poderá permanecer a um “baixo” nível de atividade, com elevado índice de desemprego e alto grau de ociosidade em suas instalações produtivas.

– o capitalismo *tende* à subutilização de capacidade e ao desemprego em ampla escala de mão-de-obra. E isto porque a demanda efetiva, por diferentes razões a seguir apontadas, tende a ser cronicamente insuficiente. Esta proposição vai muito além de um mero ataque à lei de Say (a seguir referida). Trata-se, a bem dizer, de uma lei Anti-Say.

A primeira tese, além de fornecer a chave para a interpretação do desempenho do capitalismo nos anos 30, constituía um desafio frontal à ortodoxia teórica imperante à época. Tratava-se, em suma, da rejeição da crença de que o capitalismo (a “economia de mercado”) tende automaticamente ao equilíbrio e pleno emprego. Sendo esta convicção (um axioma em certos meios), apresentada por Keynes como o equivalente moderno da “lei dos mercados” (produtos se trocam contra produtos), as novas idéias podiam ser tidas como a vitória final sobre a velha e renitente “lei”, tradicionalmente associada ao nome de J.B.Say<sup>7</sup>. O nó górdio da chamada lei de Say teria sido cortado por Keynes mediante a demonstração de que não existem mecanismos garantindo que o *investimento* atinja o nível capaz de assegurar a existência de um volume tal de demanda que permita o pleno emprego da mão-de-obra.

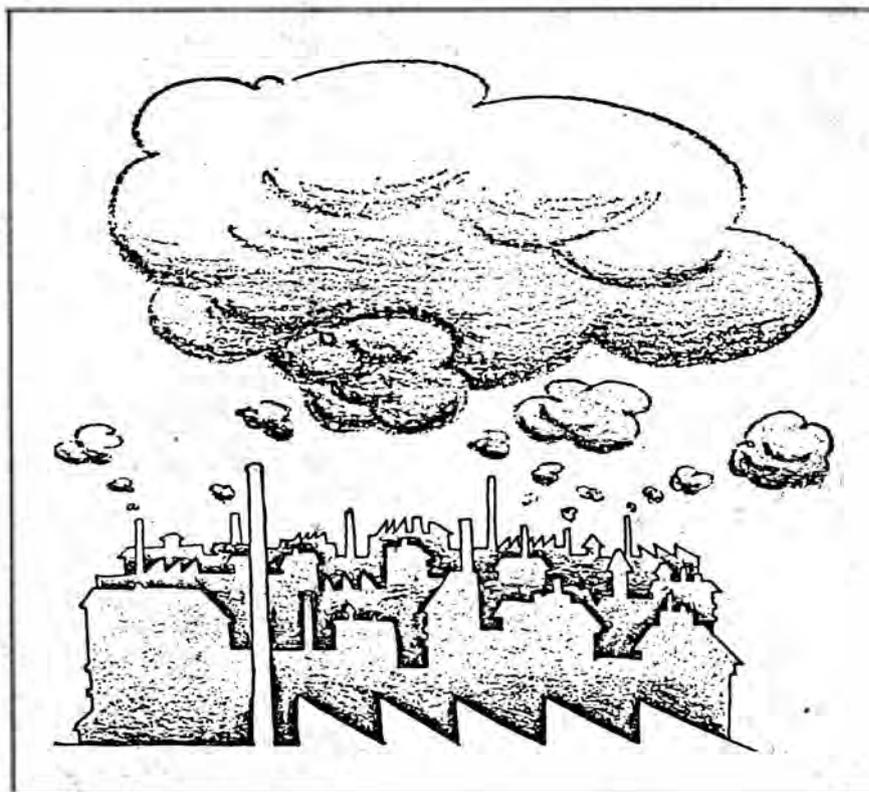
Quanto à segunda tese, são precaríssimas as suas bases teóricas: em Keynes, em Kalecki, como em seus discípulos. Começemos com uma breve menção ao primeiro. Ulteriormente, as atenções serão concentradas sobre Kalecki.

De acordo com uma conhecida passagem da Teoria Geral, quando a renda cresce, o consumo também cresce, porém não na mesma proporção<sup>8</sup>. O consumo coletivo introduziria assim uma espécie de freio no processo de expansão: à medida em que a economia avança, torna-se proporcionalmente maior o volume de renda que *não* é destinada ao consumo; conseqüentemente, torna-se cada vez mais difícil que a demanda agregada (consumo + investimento) corresponda ao total da renda, de forma a dar vazão à oferta global.

A sugestão de Keynes no sentido de que o ritmo de expansão do consumo tende a não acompanhar o ritmo de crescimento da renda, saudada com grande entusiasmo por alguns dos primeiros keynesianos<sup>9</sup>, teve de ser posteriormente abandonada. Explica-se: jamais se conseguiu explicar por que razões o consumo não cresceria ao mesmo ritmo que a renda (o que havia sido atribuído por Keynes à “psicologia da comunidade”); além do que, tampouco se conseguiu comprovar esta suposta tendência, mediante constatações empíricas.

Admitamos que o consumo acompanhe (cresça ao mesmo ritmo que) a produção. À medida em que se expande a economia, amplia-se necessariamente o volume de renda que deverá ter destinos outros que não o consumo. Ocorre, porém, que se o montante de renda que “resta” do consumo não for devidamente aplicado, o problema reside não propriamente no consumo, e sim na insuficiência dos investimentos (e demais “contrapesos da poupança”).

O anterior nos remete a uma conhecida passagem de Keynes, de acordo com a qual teria ocorrido, contemporaneamente, um “declínio das oportunidades de investimento” no capitalismo<sup>10</sup>. A idéia, retomada e desenvolvida por Alvin Hansen e outros autores, daria lu-



gar às chamadas teorias da estagnação. A cessação das inovações “que marcam época”, o “fechamento da fronteira” do capitalismo (que não teria outros povos e áreas a incorporar), e a redução da taxa de crescimento demográfica, seriam os “fatores históricos” responsáveis pelo declínio das oportunidades de investimento, de que resulta a estagnação. Infelizmente para os integrantes dessa corrente, cada um de seus argumentos pode ser virtualmente contestado.<sup>11</sup> Aliás, quanto mais não fosse, o febril avanço tecnológico registrado a partir da II Grande Guerra se incumbiria de ampliar imensamente as oportunidades de investimentos ao longo dos anos 50 e 60... Deixemos pois de lado esta linha teórica, reconhecidamente fracassada, passando a uma outra modalidade, mais sofisticada, de teoria da estagnação.

Para Joseph Steindl, a insuficiência de demanda efetiva que acompanharia a maturidade – e a estagnação – do capitalismo, não

deve ser explicada a partir de fatores “exógenos” (tais como a redução do ritmo de mudança técnica), os quais, por sua vez, “permanecem inexplicados”. Ao invés disto, é necessário “encarar o declínio da acumulação de capital como uma consequência necessária do desenvolvimento de certas características essenciais do capitalismo”<sup>12</sup>.

Coerente com a proposta anterior, e lançando mão de argumentos inegavelmente férteis, Steindl tentará mostrar que a estagnação decorreria, em última análise, da mudança ocorrida na estrutura e funcionamento do capitalismo, ao transitar este de uma fase concorrencial para outra caracterizada pelo oligopólio. Esta mutação teria ocorrido já a fins do século XIX; desde essa época o capitalismo ingressa na sua etapa “madura” tendendo, em conseqüência, à estagnação – o que só se teria tornado patente a partir dos anos 30 deste século<sup>13</sup>.

Sobre que argumentos repousa a análise de Steindl? De acordo com

o autor, "o papel crucial em toda a minha análise cabe à hipótese, já mencionada, de que o grau de utilização (da capacidade instalada, A.B.Castro) influencia o montante de investimento" <sup>14</sup>. A razão pela qual Steindl atribui um tal destaque ao grau de utilização pode ser facilmente apontada. Segundo o autor, o excesso de capacidade *não* tem relevância na indústria competitiva, porque, ao atingir ele um certo nível, é eliminado via redução de preços. Contrariamente, no "padrão oligopólico", as indústrias não reduzem os preços quando diante do surgimento de capacidade ociosa "indesejada": "A única maneira pela qual a indústria individual (oligopolista, A.B.C.) pode reagir à presença de excesso não desejado de capacidade é reduzir o processo de expansão (ou substituição) de capacidade" <sup>15</sup>. O contraste seria pois marcante com a indústria competitiva, a qual utilizaria a capacidade ociosa eventualmente surgida, "antes que ela possa deprimir o investimento". Trata-se, em suma, de uma "mudança fundamental no funcionamento da economia", que tem por resultado o desencorajamento da acumulação e a tendência à estagnação. <sup>16</sup>

Outros fatores devem ainda ser considerados, segundo Steindl, para que se chegue a uma "teoria completa de investimento". Entre eles, um grande destaque será atribuído ao "endividamento relativo dos negócios". Dele provém a proposição, particularmente cara a Steindl, de que o "investimento será maior ou menor conforme o endividamento em relação ao capital seja menor ou maior" <sup>17</sup>.

Ambos os argumentos, que o próprio Steindl coloca entre os pilares de sua construção teórica, podem ser seriamente questionados. Vejamos por que.

É efetivamente de se esperar que, diante do surgimento da capacidade

de ociosa "indesejada", os produtores oligopolistas não derrubem os seus preços de venda. O que absolutamente não procede é a hipótese do autor acerca da "imobilidade" do capital <sup>19</sup> - em decorrência da qual, a expansão da grande empresa moderna ficaria na dependência do surgimento de capacidade ociosa "indesejada". Isto implica omitir:

- que a intensidade e características assumidas pelo progresso téc-

---

### **A medida que uma economia progride ao longo de um surto expansivo, mudam as atitudes dos capitalistas.**

---

nico, o desenvolvimento observado nos sistemas financeiros, e a própria evolução dos métodos gerenciais, têm atuado no sentido de tornar o capital mais "fluido" hoje que no passado <sup>20</sup>; que, expressão do anterior, o crescimento da grande empresa moderna faz-se em várias direções: diversificação, desde um e outro produto, até "linhas completas" de produtos <sup>21</sup>; ingresso em ramos tecnologicamente aparentados; integração vertical; conquista de novos mercados, inclusive no exterior <sup>22</sup>.

Dadas as características do processo de expansão da grande empresa moderna que viemos de realçar, há que convir que o surgimento de capacidade ociosa indesejada numa determinada "frente de ex-

pansão" deve implicar antes redirecionamento, que declínio do processo de crescimento. Tal não será o caso, evidentemente, se uma brusca e intensa retração da demanda <sup>global</sup> determinar o surgimento *generalizado* de capacidade ociosa. ~~A essa tendência a diminuir (tal vez por meio de investimentos) o investimento.~~ Isto, porém, absolutamente *não* diferencia a atualidade do ocorrido no século XIX...

A hipótese da "imobilidade" do capital, um dos fundamentos da construção teórica de Steindl, repousa, em suma, sobre uma errônea concepção do processo de expansão da grande empresa moderna. Suprimido o equívoco, não é mais possível derivar uma (suposta) tendência ao declínio da acumulação, de (presumidas) "características essenciais do capitalismo" contemporâneo. O próprio Steindl haveria de admitir o equívoco, em autocrítica datada de 1965 <sup>23</sup>.

Quanto à outra hipótese anteriormente referida, há que reconhecer que os capitalistas não são, de fato, indiferentes ao seu grau de endividamento. Isto, porém, não salva a premissa de Steindl - desde que se tenha em conta o papel das expectativas, no processo de decisão capitalista.

A medida em que uma economia progride ao longo de um surto expansivo, mudam as atitudes dos capitalistas. Um mesmo grau de endividamento, que seria considerado elevado no início do surto, será considerado aceitável - inclusive pelas fontes fornecedoras de crédito - na fase áurea da expansão. Neste processo tende-se mesmo a atingir uma situação de "auge", onde, caracteristicamente, são tomadas decisões verdadeiramente temerárias. Nesta fase, possivelmente, os juros e demais encargos financeiros, bem como outros fatores aqui deixados de lado, estarão atuando pesadamente *contra* os lucros das empresas. Mas as expecta-

tivas mantêm-se elevadas. Como observou Marx: “é precisamente às vésperas de um crack que os negócios parecem desenvolvêr-se de um modo quase exageradamente sólido.”... e “os diretores de bancos e comerciantes... se felicitam mutuamente pelo esplendor e a solidez dos negócios”<sup>24</sup>.

Entender o anterior – e consequentemente negar a segunda hipótese de Steindl – é fundamental no estudo do comportamento cíclico do capitalismo. A rigor, qualquer concepção do capitalismo, e em particular do ciclo, que ignore este aspecto merece ser denominada de “mecanicista”. No caso em tela, supor que o coeficiente dívida/capital determine o comportamento dos capitalistas, independentemente de sua avaliação das oportunidades de lucro que têm pela frente, constitui, indiscutivelmente, uma visão mecanicista do funcionamento do capitalismo.

Tendo, na base de sua teoria, premissas a tal ponto equivocadas, não é de surpreender que Steindl tenha se enganado redondamente acerca do desempenho do capitalismo no pós-guerra.<sup>25</sup>

Recentemente, Steindl tratou de retomar e redefinir as suas idéias. A maturidade surge, desta feita, como “um estado no qual a economia e sua função de lucro estão ajustadas para altas taxas de crescimento de períodos anteriores do desenvolvimento do capitalismo, mas estas taxas já não são mais obtidas”<sup>26</sup>. Vista sob este prisma, a maturidade e a estagnação passam a depender, fundamentalmente, de uma suposta rigidez da “propensão a poupar”, que continua elevada, quando já não mais existem fatores “exógenos” capazes de estimular o investimento.

A mutação que o capitalismo teria sofrido a fins do século, passa, ao que parece, para um segundo plano, e o desempenho da economia vai depender, no fundamental, de fatores “exógenos”. Se eles são

desfavoráveis, como antes da II Grande Guerra, a economia revela a sua “maturidade” e estagna; se são favoráveis, como em 50 e 60, a tendência à estagnação submerge e o capitalismo volta a expandir-se com grande vigor; se, por fim, eles se debilitam, como parece ser o caso nos anos 70, volta a transparcer a “maturidade”...

A tentativa feita por Steindl no sentido de ressuscitar a sua teoria merece uma única crítica. Se a tal ponto cabe a fatores “exógenos”

---

**A mutação  
que o capitalismo  
teria sofrido  
a fins do século,  
passa, ao que  
parece, para  
um segundo plano,  
e o desempenho  
da economia  
vai depender, no  
fundamental,  
de fatores “exógenos”.**

---

decidir se o capitalismo estanca ou cresce vigorosamente, por que não centrar sobre eles a teoria da “dinâmica do capitalismo”?<sup>27</sup>

**A demanda efetiva  
em Kalecki**

Em toda obra de Kalecki está presente a convicção de que: “O problema principal de uma economia capitalista desenvolvida é a adequação da demanda efetiva”; de que existe uma “tendência inerente ao sistema capitalista, ao subemprego dos recursos, como resultado da inadequada demanda efetiva”.<sup>28</sup> Mas é sobretudo nos seus escritos sobre a economia norte-americana no pós-guerra, que a referida convicção transparece

com particular nitidez. Assim, tomemos o artigo datado de 1956 e intitulado “A situação econômica nos EEUU comparada com o período anterior à guerra”<sup>29</sup>. O autor se indaga, no fundamental, como teria a economia norte-americana encontrado mercado suficiente para que o seu produto pudesse mais que dobrar, entre 1937 e 1955. A resposta para Kalecki, deve ser buscada na “militarização da economia dos EEUU”: ... “a acumulação privada adicional foi absorvida por armamentos e pelo excedente de exportações, cujo crescimento estava associado com a ‘assistência econômica externa’, ou com a construção de bases no exterior...”<sup>30</sup>. Até mesmo a drástica redução do desemprego (que cai de 14,2% em 1937 para 3,8% em 1955) se explicaria pela ampliação do contingente militar permanente, mais os empregos criados pela produção de armas e, genericamente, o crescimento das atividades governamentais.

Onze anos depois, retomando o tema da economia norte-americana no pós-guerra, diria Kalecki que, desde 1951, “o aumento deste gasto (militar, A.B.C.) até meados de 1966 foi bastante moderado”. Agora, porém, na “segunda metade de 1966 a situação econômica nos EEUU sofreu uma mudança fundamental”<sup>31</sup>. “O gasto militar começa a jogar um papel como estimulante dos negócios. Em suma: um típico auge de guerra (ou semi-guerra) começou somente na segunda metade de 1966”.<sup>32</sup>

Deixando de lado o fato de que o autor cabalmente se contradiz entre um e outro texto, caberia indagar o que explicaria, segundo Kalecki, a substancial expansão registrada nos EEUU entre 1951 e a segunda metade de 1966. Não cabendo a responsabilidade pela ampliação da demanda adicional ao complexo industrial militar, ela haveria de caber ao gasto público civil e demais “estímulos” propicia-

dos pelo governo<sup>33</sup>. Parece, assim, que o bom desempenho pode ser sempre assegurado: seja por Mr. Hyde (o complexo industrial-militar), seja por Dr. Jekil (a política de demanda)<sup>34</sup>.

Deixemos de lado os problemas de Kalecki em suas análises de conjuntura e retomemos o plano do debate teórico.

Por que razões seria a insuficiência da demanda efetiva uma tendência “inerente” ao capitalismo? Kalecki, a rigor, jamais enfrentou a questão<sup>35</sup>. Tratemos, no entanto, de buscar uma explicação em sua obra.

Uma possível razão poderia ser encontrada na própria concepção do investimento<sup>36</sup>. O investimento é caracterizado por Kalecki como tendo “um efeito favorável sobre a situação econômica somente enquanto é executado e provê saída para o poder de compra adicional”; uma vez concluído, no entanto, o investimento se converte em capacidade produtiva – havendo então que utilizar esta capacidade<sup>37</sup>. Não implicaria isto dizer que o investimento (uma adição ao estoque de capital), traz em si o *freio* que deverá conter a expansão? Afinal, nada garante que haja demanda suficiente para garantir a utilização do acréscimo de capacidade.

Quando nos referimos a um investimento tomado isoladamente podemos distinguir, com clareza, entre a fase em que o investimento apenas gera poder de compra adicional – estimulando com isto a economia – e o momento posterior, em que, concluídos os trabalhos, trata-se de utilizar a capacidade produtiva recém-criada. Considerando o conjunto da economia, e com ela o conjunto dos investimentos, no entanto, existirão, simultaneamente, investimentos sendo iniciados, outros a meio caminho, e outros, ainda, sendo concluídos e entregues: os primeiros, gerando demanda adicional sem

constituir, por ora, capacidade instalada; os últimos devendo entrar em operação. Colocada a questão nestes devidos termos, não cabe mais distinguir entre a fase em que o investimento estimula a economia e aquela em que a capacidade ampliada carece de demanda para ser acionada. Importa, sim, saber como se comporta o fluxo de investimentos: se o nível de investimentos é ampliado, acelera-se a criação de demanda adicional, e a economia ingressa numa fase de

---

**Rosa Luxemburgo  
afirma que  
o capitalismo  
tem um problema  
crônico de mercado,  
em decorrência  
da limitação do poder  
de compra  
das massas  
trabalhadoras,  
face à produtividade  
sempre crescente  
do trabalho.**

---

pressão de demanda; se, pelo contrário, cai o nível de investimentos, reduz-se o ritmo a que cresce o poder aquisitivo, enquanto prossegue, ao ritmo anterior, a expansão da capacidade instalada (em decorrência dos investimentos anteriormente iniciados). Neste caso, sim, tende a surgir uma situação de insuficiência da demanda efetiva.

O anterior pretende deixar claro que a natureza do processo de investimento permite apenas afirmar que uma aceleração dos investimentos tende a engendrar pressões de demanda, enquanto uma desaceleração tende a deflagrar uma situação oposta. Resta saber por que os investimentos, em seu conjunto, tendem a ser intensificados ou re-freados. A resposta a esta questão – de que se ocupa, primordialmen-

te, qualquer teoria do ciclo – não pode ser buscada no chamado “caráter dual” do investimento<sup>38</sup>.

A incapacidade de Kalecki de fundamentar a sua convicção acerca da insuficiência de demanda como algo “inerente” ao capitalismo avançado, fica mais patente que nunca no conhecido artigo dedicado à crítica da questão de demanda efetiva em Tugan Baranovsky e Rosa Luxemburgo. Nele o autor se refere a uma economia que cresce a uma taxa constante e onde prevalecem a plena ocupação da mão-de-obra e do equipamento do capital; a renda cresce ao mesmo ritmo que o capital e, assim, “a plena utilização do equipamento continua, e o problema de demanda efetiva não parece surgir”. “Tudo bem”, acrescenta Kalecki, “mas por que continuariam os capitalistas a investir a um nível equivalente (por hipótese, A.B.C.) a 7% do capital? Simplesmente, porque o processo vem decorrendo por algum tempo assim, o investimento tem sido “justificado”, e os capitalistas não antecipam dificuldades na venda de seus produtos... e portanto não hesitam em continuar o seu jogo”<sup>39</sup>.

O passo seguinte de Kalecki será no sentido de apontar o surgimento do “problema de demanda efetiva”. Acompanhemos o autor.

“Consideremos, no entanto, que – por exemplo, como resultado de uma mudança na estrutura social da classe capitalista – os capitalistas se disponham a investir somente 6% do capital ao ano... O problema de demanda efetiva faz então imediatamente a sua aparição”.

O texto é altamente revelador. Rosa Luxemburgo afirma que o capitalismo tem um problema crônico de mercado, em decorrência da limitação do poder de compra das massas trabalhadoras, face à produtividade sempre crescente do trabalho<sup>40</sup>. Tugan, por sua vez, afirma que isto não cria em princí-

pio problema algum, desde que (como resultado da permanente elevação da composição orgânica do capital), os capitalistas gastem (proporcionalmente) cada vez mais em meios de produção. Kalecki concorda parcialmente com Rosa: para ele há efetivamente um problema de demanda efetiva. De onde nasce, porém, o problema?

Indiscutivelmente, *se*, como resultado de uma causa qualquer – inclusive a enigmática “mudança da estrutura social da classe capitalista” referida por Kalecki – os capitalistas reduzirem o nível de investimentos, aparecerá “imediatamente” o problema da demanda efetiva. De igual maneira, seria possível afirmar, no entanto, que *se* os capitalistas decidirem manter o nível de investimentos, o problema da demanda efetiva não faria a sua aparição. Kalecki, em suma – ao contrário de Rosa, Hansen ou Steindl – passa ao largo da questão que se propõe discutir. E continuamos sem saber por que razões o capitalismo teria uma tendência “inerente” à insuficiência da demanda efetiva.

Não obstante grandes diferenças, evidentes em outros planos, Kalecki se revela, neste texto, bastante próximo a Rosa Luxemburgo. As críticas feitas a Rosa são, basicamente, do tipo: a contribuição do mercado externo consiste somente no excedente de exportações, e não no total de exportações. Quanto à conclusão da autora, de que o capitalismo é salvo pelo “mercado externo” (no sentido lato, que inclui o gasto militar), a ressalva de Kalecki é apenas de que: “Em seu tempo era sem dúvida exagerada mas se provou correta hoje em dia”<sup>41</sup>. Parece, ~~que~~, que todo aquele que vê na demanda efetiva o problema central do capitalismo, é levado a conclusões que, no fundamental, foram antecipadas por Malthus em seu tempo. De fato, já este autor, ao examinar a crise enfrentada pela economia in-

glesa, no período que se segue ao Congresso de Viena, atribuiria as dificuldades à desmobilização militar e recomendaria a realização de grandes obras públicas. Numa palavra, a situação pré- crise havia sido favorecida pelas guerras napoleônicas, e a paz trouxera a economia de volta ao problema da demanda efetiva – o qual poderia no entanto ser atenuado, por uma política de gasto público<sup>42</sup>.

Deixemos de lado a hipótese da insuficiência crônica da demanda

---

**Parece  
que todo aquele  
que vê na demanda  
efetiva o problema  
central do  
capitalismo,  
é levado a conclusões  
que, no fundamental,  
foram antecipadas  
por Malthus  
em seu tempo.**

---

efetiva, e fixemo-nos sobre o terreno do ciclo.

Na base dos modelos de ciclo de Kalecki encontra-se a defasagem entre ordem de investimentos e entrega dos novos equipamentos<sup>43</sup>. Tida em conta a defasagem, se os investimentos se intensificam a economia ingressa numa fase de bonança, dada a expansão de demanda com que se defronta; ulteriormente, com a retração dos investimentos, a situação será revertida. O que explica, em Kalecki, o movimento alternado de retração e intensificação dos investimentos?

A solução proposta pelo autor, em seu modelo de ciclo, é tão precisa quanto arbitrária e vazia. Basta postular que a economia não tende à expansão, ou seja, que ela “retorna ao seu estado original após cada

ciclo”<sup>44</sup>. Em tais condições, o investimento deverá ser, em média, igual às necessidades de reposição. Isto posto, o “mecanismo do ciclo” pode ser assim delineado:

– enquanto as entregas de equipamento forem inferiores à depreciação, o estoque de capital estará baixando, o que fará crescer o montante de investimentos. Como porém as entregas são defasadas, o estoque de capital continuará caindo por algum tempo, com o que prossegue a fase de crescimento das inversões;

– quando as entregas de equipamento ultrapassarem a depreciação, o estoque de capital começará a se elevar, o que desestimula os investimentos. A fase de desestímulo prosseguirá enquanto as entregas continuarem superando a depreciação.

O “ciclo puro” de Kalecki, a que ele mesmo se refere como “automático”, reduz-se, como vemos, a um mecanismo termostático,<sup>45</sup> em que dada uma certa defasagem entre ordem de correção e correção efetiva da temperatura (no caso o estoque de capital), é obtido um movimento ondulatório através do qual a “temperatura” ora excede, ora fica aquém do nível desejado<sup>46</sup>.

O anterior não visa apenas patentear o simplismo do modelo de ciclo de Kalecki. Tão ou mais importante é perceber que tudo aí decorre de “erros” recorrentemente cometidos pelos capitalistas. Ora, estes erros dependem uns dos outros: os capitalistas erram para cima (investindo em excesso) porque anteriormente erraram para baixo (investindo menos do que o necessário à reposição do estoque de capital), e vice-versa. Assim sendo, se por alguma razão um belo dia “acertarem” – fazendo com que o estoque de capital cresça pari passu com o nível de renda – desaparecerá a razão de ser do ciclo.

O ciclo, portanto, não é, a rigor, sequer “inerente” ao capitalismo em Kalecki. Já vimos, aliás, que ao

comentar a evolução de uma economia que apresenta um crescimento “sustentado, a pleno emprego e plena capacidade, no qual os capitalistas continuam investindo”, porque o processo vem ocorrendo assim por algum tempo, e o investimento tem sido “justificado”, Kalecki não consegue introduzir o ciclo <sup>47</sup>.

Num outro texto, referindo-se a uma trajetória harrodiana de crescimento equilibrado, no qual “o aumento do investimento é exatamente suficiente para gerar a demanda efetiva capaz de compensar a expansão da capacidade instalada”... Kalecki afirma que a trajetória é “instável”. Por quê? Porque qualquer “pequeno e fortuito” declínio do investimento deflagra um processo cumulativo de retração... <sup>48</sup>. Fecha-se assim o círculo de equívocos de Kalecki, e o autor, que começara postulando o ciclo sem “tendência”, acaba admitindo a expansão sem ciclo. Não é por outra razão que Kalecki – fazendo eco ao triunfalismo neo-keynesiano dos anos 60 – admitiria que “os gastos do governo, baseados no déficit orçamentário podem resolver o problema da demanda efetiva e se (forem) suficientemente elevados, podem assegurar o pleno emprego. Esta é a base da política governamental no capitalismo moderno” <sup>49</sup>.

### Traços de uma alternativa teórica

Não caberia tentar aqui a elaboração de uma alternativa teórica às idéias que viemos de criticar. Um poucas palavras podem ser ditas, no entanto, visando balizar o terreno em que se situa a visão do ciclo econômico a que nos filiamos.

Hoje, como ontem, da forma mesma como se estrutura o capitalismo, nasce uma fome insaciável de lucros. Na busca incessante destes lucros, as empresas capitalistas

lutam entre si, lançando mão dos mais variados recursos. Esta competição não decresceu em intensidade com o surgimento da grande empresa moderna e a atenuação da competição via preços. Como observou Shumpeter, “na realidade capitalista, por oposição à imagem fornecida nos manuais, não é esta modalidade de competição (a concorrência via preços, A.B.C.) que conta, mas a competição através



do lançamento de novos produtos, da adoção de novas técnicas, de novas fontes de suprimento, de novas formas de organização...” <sup>50</sup> Como é fácil verificar, no que toca a estas modalidades mais contundentes de competição, a grande empresa contemporânea encontra-se mais equipada que a empresa “atomística” do passado <sup>51</sup>.

A compulsão expansiva, profundamente entranhada no comporta-

mento dos capitalistas (e resultante das pressões a que se encontram submetidos), determina um crescimento, cego a nível do conjunto, e desigual a nível dos setores integrantes da economia capitalista. O objeto primordial da teoria dos ciclos econômicos é estabelecer as razões e precisar os mecanismos, através dos quais este processo anárquico de expansão adquire impulso, perde-o, e é revertido, periodicamente.

Ao ter início um surto expansivo, os mecanismos cíclicos – que não serão aqui especificados – configuram um quadro altamente favorável à realização dos desígnios dos capitalistas. Na fase que então se abre, não tendem a ocorrer problemas de demanda. Não se trata, contudo (nem sequer neste contexto), de que a “produção garanta a própria demanda”. Ocorre, sim, que enquanto o consumo cresce sustentado pela expansão da massa de salários e reforçado – modernamente – pelo crédito ao consumidor, os capitalistas, sob o acicate da competição e na expectativa de elevados lucros, correm à frente de seus próprios meios – o que lhes é permitido pelo sistema de crédito – na apropriação e/ou contratação de recursos e trabalhadores. <sup>52</sup>

Ao longo do surto de crescimento tendem a ser “consumidas” as condições, de início tão favoráveis à expansão. É importante perceber, no entanto, que a deterioração destas condições, em si mesmas, não determina direta e linearmente o comportamento dos capitalistas. Estes, em maior ou menor medida, se comportam como se delas dependessem; como se pudessem se endividar ilimitadamente; como se pudessem explorar igualmente uma massa de trabalhadores debilitada por um amplo “exército industrial de reserva”, ou fortalecida pela ampla disponibilidade de ocu-

pações.<sup>53</sup> A deterioração destas (e outras) condições deverá no entanto atingir – em primeira mão – as atividades industriais. São os músculos do capitalismo que começam a dar sinal de fadiga. O sistema nervoso – as finanças, as atividades especulativas –, no entanto, continuam emitindo sinais positivos, com o que se ingressa no período de euforia, uma verdadeira “sobrevivência da expansão”.

Nesta concepção do ciclo, como se vê, não há distinção teórica possível, entre ciclo e tendência: os fatores cíclicos são as próprias condições que dão rédeas à expansão e, posteriormente, preparam a exaustão e engatilham a crise.

O heterogêneo grupo de autores a que se deve a alternativa teórica presentemente referida foi deliberadamente omitido por Keynes, em sua clássica discussão da demanda efetiva na Teoria Geral.<sup>54</sup> Para eles, a concepção ortodoxa (Marshall, Pigou ou Fischer), segundo a qual as crises seriam eventos “anormais” a serem explicados por causas singulares (criação desordenada de crédito, especulação,

pânico), não passa de um grande equívoco. O capitalismo é um sistema dotado de uma instabilidade congênita. Na raiz desta instabilidade encontram-se os investimentos, com sua relativa autonomia e característica volatilidade. Tugan Baranovski, membro destacado do grupo, havia mesmo proposto a “desconcertante idéia” de um desajuste fundamental entre poupança e investimento<sup>55</sup>. Nas palavras de Mitchell, “as crises não são senão um aspecto dos ciclos recorrentes. Ao invés de um estado “normal” dos negócios, interrompido por crises ocasionais, vemos um estado dos negócios em contínua mutação”<sup>56</sup>.

Visto na perspectiva destes “heréticos”, a demonstração feita por Keynes e por Kalecki de que uma economia pode permanecer a um baixo nível de atividade, constitui, segundo creio, um importante passo adiante. A maioria deles concebe a crise como um processo cumulativo de regressão, ao longo do qual seriam liquidados os encargos financeiros excessivos, eliminadas as empresas tornadas inviáveis, bem como as técnicas que se reve-

lem obsoletas. Trata-se, na concepção de Marx, de um período de “queima” e reajuste do capital – no qual se verifica, ao mesmo tempo, a reconstituição do “exército de reserva”. Este processo, mais ou menos penoso de purgação – mantida intacta a engrenagem e a motivação capitalista – deveria, no entanto, engendrar condições capazes de permitir a recuperação subsequente<sup>57</sup>. Keynes iria mostrar, no entanto, que o fundo do poço é “pegajoso”, que atingido um certo nível de prostração não é de se esperar a retomada da expansão. Esta é uma problemática virtualmente ignorada pela grande tradição da teoria do ciclo, e que não pode ser descartada – como o faz Schumpeter – como uma situação “patológica”<sup>58</sup>. Seguramente mais equivocada é, no entanto, a tentativa de Baran, Sweezy, e tantos outros, de transformar os anos 30 em situação paradigmática. O preço pago por essa errônea perspectiva consiste, em última análise, numa mistificação do capitalismo, cuja evolução passa a ser vista como regida pelos “policy markers”, em conluio com os capitalistas.

## NOTAS

1 *O Capitalismo Ainda É Aquele*, Forense Universitária, Rio, 1979.

2 Vide *O Capitalismo Ainda É Aquele*, p. 126 a 161. A obra de M. Tugan Baranovsky, em particular *Les Crises Industrielles en Angleterre*, Paris, 1913 (1ª edição em russo, 1894), causou profundo impacto em autores que vão de Lênin a Keynes. Acerca de sua influência no pensamento marxista, L. Colletti e C. Napoleoni, *Il Futuro del Capitalismo Crollo o Sviluppo?* Laterza, Bari, 1970, p. 297 a 302. Quanto a Keynes, caberia lembrar sua declaração em *A Treatise on Money* (Macmillan, 1971, vol. II, pp. 89 e 90) no sentido de que: “encontre-me em forte simpatia com a escola de autores – Tugan Baranovsky, Hull, Spiethoff e Schumpeter – dos quais Tugan Baranovsky foi o primeiro e o mais original, e especialmente com a forma que a teoria toma nos trabalhos de Tugan Baranovsky”. No que se refere à de Marx e Tugan sobre os teóricos do ciclo da chamada escola “continental”, vide os comentários de Alvin Hansen e Richard Clemence em *Lecciones Sobre Ciclos Economicos Y Renta Nacional*, Rosario, 1956, pp. 125 e 138.

3 A força e a atualidade das idéias de Mitchell foram demonstradas por seu solitário discípulo Geoffrey Moore em “Productivity, Economic Growth and Inflation: Recent Experience in The Light of Mitchell's Hypothesis”, Conference on an Agenda for Economic Research on Productivity, Washington, 1973. R. Boddy e J. Crotty em “Class

Conflict, Keynesian Policies, and The Business Cycle”, *Monthly Review*, out. de 1974, aproveitariam intensamente o trabalho de Moore.

4 John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Macmillan, 1954, cap. 3.

5 Vide Paul Sweezy, John Maynard Keynes, em *Teóricos e Teorias da Economia*, Rio, Zahar, 1965, cap. 1 e Alvin Hansen, *Guia de Keynes*, Fondo de Cultura Económica, 1957, cap. 1.

6 O presente trabalho – redigido de maneira a poder ser lido isoladamente – dá prosseguimento a um debate acerca da obra de Kalecki e de sua relevância para o estudo do capitalismo no pós-guerra, que teve início com o ensaio intitulado “Por que não Kalecki” (incluído em *O Capitalismo Ainda É Aquele*). Este últi-

- mo trabalho foi objeto de diferentes críticas. Alguns diriam que as idéias acerca do ciclo pouco representam no pensamento de Kalecki: equívoco palmar, já que os modelos de ciclo de Kalecki estão intimamente ligados à sua concepção do investimento e seus "determinantes" – sendo que a compreensão do papel (e determinantes) do investimento é, para Kalecki, a própria chave para o entendimento da "dinâmica capitalista". Outros, reconhecendo que os modelos de ciclo trazem em si idéias centrais de Kalecki, diriam que eu teria feito uma leitura desatenta e preconcebida de sua obra (Mario Luiz Possas e Paulo Baltar, *Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki*, ANPEC, VII Encontro Nacional de Economia, 1979, vol. I, p. 239). Quanto a estes últimos diria inicialmente que fiz uma leitura não apenas atenta, como em certa época entusiástica da obra de Kalecki, e que as nossas divergências a esse respeito só poderão ser entendidas se admitirem que, efetivamente, não aceito alguns aspectos fundamentais da concepção de Kalecki do capitalismo. Além do que, convém acrescentar, considero inaceitáveis, a nível da Teoria, as reiteradas tentativas feitas por aquele autor, de dar conta daquilo que não cabe nos seus modelos mediante expedientes formais (a adição de mais uma variável, ou a mudança na definição de um coeficiente), cujo significado econômico não é, em regra, minimamente discutido. Acerca do investimento como impulso e freio, vide Kalecki, "The Mechanism of The Business Upswing" em *The Dynamics of The Capitalist Economy*, Cambridge, U. Press, 1971, pp. 30/31 e *Essays in The Theory of Economic Fluctuations*, Russell & Russell, N.Y., 1972, pp. 148 e 149. Agradeço a Fernando Cardim de Carvalho a discussão de algumas das questões formuladas neste trabalho.
- 7 Jean-Baptiste Say, *Traité d'Economie Politique*, cap. XV, Des Débouchés, reproduzido por Henri Denis, em *La Formation de La Science Economique*, Presses Universitaires de France, 1967, p. 118 a 122. Vide, a propósito, Alvin Hansen, *Guia de Keynes*, Fondo de Cultura Economica, 1957, cap. I.
  - 8 J.M. Keynes, *General Theory*, ob. cit., p. 27.
  - 9 Uma função consumo, do tipo originalmente sugerido por Keynes, forneceria uma perfeita explicação, não apenas para a passagem do auge à retração, como desta para a recuperação. Lloyd Metzler, "Keynes and The Theory of Business Cycles", em *The New Economics*, coletânea org. por S. Harris, Knopf, New York, 1952.
  - 10 *General Theory*, ob. cit. pp. 307/8. Alan Sweezy, "Declining Investment Opportunity", em Seymour Harris, *The New Economics*, Knopf, N. York, 1952.
  - 11 Vide, a propósito, o notável capítulo X de *Capitalism, Socialism and Democracy*, Joseph Schumpeter, Harper Colophon, 1975. Em certos momentos, Kalecki parece aceitar a tese da diminuição das oportunidades de investimento como resultado do "declínio na intensidade das inovações". A hipótese não é porém discutida, e nem sequer efetivamente incorporada à sua obra. Vide, por exemplo, M. Kalecki, *Theory of Economic Dynamics*. Monthly Review Press, 1968, p. 159.
  - 12 Joseph Steindl, *Maturity and Stagnation in American Capitalism*. Basil Blackwell, 1952, p. 191.
  - 13 Idem, pp. 168 e 169.
  - 14 Idem, pp. VIII e 11.
  - 15 Idem, p. VIII.
  - 16 Idem, pp. VIII e IX.
  - 17 Idem, p. VII. Trata-se aqui, do aproveitamento por Steindl do chamado princípio de risco crescente de Kalecki. Vide M. Kalecki, *Theory of Economic Dynamics*, cap. 8.
  - 19 Steindl, ob. cit., pp. 68/69 e 41.
  - 20 Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Harper Colophon, 1975, cap. VII, James Clifton, "Competition and the Evolution of the Capitalist Mode of Production", Cambridge Journal of Economics, jun/77.
  - 21 Este tipo de crescimento em leque está, a rigor, compreendido no conceito de expansão da "indústria" empregado por Steindl. Manifestamente, porém, não recebe o devido realce nas lacônicas observações do autor acerca do tema progresso técnico – concebido, fundamentalmente, como introdução de novos processos redutores de custo. Vide, p.e., pp. 50 e 133.
  - 22 Alfred Chandler, Jr., *Strategy and Structure: Chapters in The History of The American Industrial Enterprise*, especialmente o capítulo de conclusões. Vide, também, Stephen Hymer, "A empresa multinacional e a Lei do Desenvolvimento Desigual", em S. Hymer, *Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital*, Graal, Rio, 1978.
  - 23 J. Steindl, "On Maturity in capitalist economics", em *Essays in Honour of M. Kalecki*, Varsóvia, 1965, p. 429.
  - 24 Karl Marx, *El Capital*, Fondo de Cultura Economica, México, 1968, tomo III, p. 455. Vide a este respeito *O Capitalismo Ainda É Aquele* p. 133 a 147.
  - 25 Convém lembrar, no entanto, que praticamente todos os autores se equivocaram em suas previsões acerca do período. Mesmo Schumpeter, com a sua penetrante visão do capitalismo contemporâneo, enganou-se em sua antevisão do que seria o pós-guerra. O seu erro decorria, segundo creio, de uma grosseira subestimação da capacidade do novo centro hegemônico – os EEUU – de reconstruir em sólidas bases as instituições e as condições políticas adequadas ao funcionamento do capitalismo, após o período de "crise orgânica" do sistema que tivera início com a revolução de 1917. Vide, a esse respeito, "Aspectos Políticos da Expansão Capitalista do Pós-Guerra", em *O Capitalismo Ainda É Aquele*. Quanto às previsões de Schumpeter, consulte-se "The March Into Socialism", incluído em J. Schumpeter, *Capitalism Socialism and Democracy*, Harpor Colophon, 1975, p. 415 e seguintes.
  - 26 J. Steindl, *Stagnation Theory and Stagnation Policy*, Cambridge Journal of Economics, março de 1979, p. 7.
  - 27 Quem quisesse levar à frente a crítica ao artigo poderia questionar a própria tese – harrodiana, como o próprio Steindl aponta – da rigidez da propensão a poupar. Por outro lado, a tentativa feita por Steindl de introduzir "fatores políticos" na interpretação do desempenho do capitalismo no pós-guerra parece-me correta e promissora.
  - 28 M. Kalecki, "La diferencia entre los problemas economicos cruciales de las economias desarrolladas y las economias subdesarrolladas no socialistas", reproduzido em *Economia y Administración*, Universidad de Concepción, Chile, 1970, pp.63 e 64.
  - 29 M. Kalecki, artigo incluído em "The Last Phase in The Transformation of Capitalism", Monthly Review Press, 1972.
  - 30 Idem, pp. 93 e 95.
  - 31 "Vietnam and US Big Business" (1967), incluído também em *The Last Phase in The Transformation of Capitalism*, ob. cit. pp. 108 e 109.
  - 32 Idem, p. 110.
  - 33 M. Kalecki, *Political Aspects of Full Employment*, Selected... ob. cit. Este artigo, publicado em 1943, contém brilhantes sugestões acerca do funcionamento do capitalismo no pós-guerra.
  - 34 Para uma interpretação, centrada sobre outros fatores, do ocorrido no período (que tem em conta, no entanto, a manipulação da demanda pelo governo), veja-se "A crise econômica norte-americana" em *O Capitalismo Ainda É Aquele*.
  - 35 Convém insistir em que não estamos discutindo a insuficiência da demanda efetiva enquanto possibilidade (negá-lo implicaria manter-se prisioneiro da lei de Say), e sim como tendência – para o que, de nada servem as (triviais) críticas feitas por Kalecki à lei de Say. Vide, a esse respeito, Possas e Baltar, ob. cit., p. 228.
  - 36 A sugestão, feita por Joan Robinson, seria explorada com afinco por Possas e Baltar (p. 238 e segs.). Joan Robinson, "Kalecki' and Keynes", incluído em *Collected Economic Papers*, vol. III, Basil Blackwell, 1965, p. 97.
  - 37 M. Kalecki, "Mechanism of business upswing", in *Selected Essays on The Dynamics of The Capitalist Economy*, Cambridge University Press, 1971, pp. 31 e 32. Vide também M. Kalecki, *Essays in The Theory of Economic Fluctuations*, Russell and Russell, 1939, pp. 148 e 149.
  - 38 Lamentavelmente, o texto de Possas e Baltar está montado sobre a idéia de que o problema da demanda efetiva (bem

- como o das flutuações cíclicas) deve ser entendido a partir do caráter dual do investimento.
- 39 M. Kalecki, "The problem of effective demand with Tugan Baranovsky and Rosa Luxemburg", *Selected...*, ob. cit., p. 149.
- 40 Rosa Luxemburg, *The Accumulation of Capital*, Monthly Review Press, 1968, Cap. XXV.
- 41 M. Kalecki, The Problem of Effective Demand..., ob. cit., p. 155.
- 42 Veja-se, a propósito, o ensaio de Keynes intitulado "Thomas Robert Malthus", em J.M. Keynes, *Essays in Biography*, Macmillan, 1972.
- 43 A concepção de Kalecki do ciclo coincide, a este propósito, com a de Aftalion, o qual, em obra datada de 1913, diria: "Minha tese principal é de que a maior responsabilidade pelas flutuações cíclicas deveria ser atribuída a uma das características da moderna técnica industrial, vale dizer, o longo período necessário para a produção de capital fixo". O mecanismo do ciclo de Aftalion é, aliás, explicitamente construído, como um processo de ajustamento de estoque de capital, o qual opera sobre uma "tendência secular da demanda" (estabelecida, | como em Kalecki|, por elementos outros que não aqueles envolvidos no mecanismo do ciclo). Albert Aftalion, "La Teoria de los Ciclos Economicos Baseada en la Tecnica Capitalista de Producción", na coletânea *Lecciones Sobre Ciclos Economicos Y Renta Nacional*, organizada por Alvin Hansen e Richard Clemence, Rosario (Argentina), 1956, pp. 139 e 141.
- 44 M. Kalecki, *Selected Essays*, ob. cit., p. 1. Referimo-nos aqui ao modelo de 33. Parece, no entanto, haver consenso acerca do fato de que "As modificações posteriores consistem principalmente na introdução de certos elementos complicadores"... "que não mudam a concepção fundamental do modelo". Oskar Lange, *Papers in Economics And Sociology* Pergamon Press, 1970, p. 343.
- 45 M. Kalecki, Theory of Economic Dynamics, ob. cit., p. 123; R.C.O. Matthews, *The Business Cycle*, Cambridge University Press, 1967, p. 25.
- 46 Kalecki põe de lado, em seu estudo do "ciclo", a questão do progresso técnico. Conseqüentemente, a função catalizadora de investimentos exercida pelas inovações (tão exaltada por Schumpeter) não pode estar presente na sua explicação da intensificação, bem como da retração das inversões. Em tais condições, tudo fica na dependência da hipótese de que o aumento do estoque de capital constitui, tout court, um freio ao investimento. Este não seria o caso se o autor tivesse presente as mudanças técnicas, já que, como ele mesmo reconhece, em tais circunstâncias, "os capitalistas investindo "hoje" pensam ter vantagens sobre aqueles que investiram "ontem", dadas as novidades que lhes são oferecidas" (The Problem of Effective Demand, ob. cit., p. 155). Em outras palavras, admitida a ocorrência de progresso técnico, a expansão do "estoque de capital" faz-se em simultâneo com a sua renovação, não sendo possível relacionar, diretamente, variação do "estoque de capital" e investimento. A crítica, sob diversos ângulos, do "princípio de ajustamento do estoque de capital", é feita em O Capitalismo Ainda E Aquele, ob. cit., p. 113 a 122.
- 47 O princípio do ajustamento do estoque do capital, enquanto mecanismo cíclico, encontra-se no caso "neutralizado" pela constância da relação produto/capital (o capital cresce pari passu com a renda). M. Kalecki, *Selected...*, ob. cit., p. 149.
- 48 M. Kalecki, "Theories of Growth in Different Social Systems", *Monthly Review*, outubro de 1971, p. 73. Veja-se também, a este propósito, M. Kalecki, "Observations on the Theory of Growth", *Economic Journal*, março de 1962.
- 49 La Diferencia entre los Problemas Economicos..., ob. cit., p. 64.
- 50 J. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, ob. cit., p. 84.
- 51 Nada indica, além do mais, que a competição via "novas formas" de divisão do trabalho e novas melhorias no estado das artes" (as palavras são de A. Smith), não fossem também importantes no passado. Mais do que um reflexo do ocorrido no "passado" - como insistem keynesianos e kaleckianos - a concepção da concorrência capitalista como uma disputa de preços parece ser uma decorrência da visão imperante nos meios acadêmicos na época "pré-keynesiana" do que seria o objeto fundamental da teoria econômica: a determinação dos preços de mercado, dadas as técnicas, as formas de organização da produção, etc. A. Smith, *The Wealth of Nations*, The Modern Library, N.Y., 1937, p. 706. Vide, a propósito, Sylos Labini, "The Market and the State", *Essays in Honour of A. Smith*, Oxford, 1976.
- 52 De acordo com Hyman Minsky (John Maynard Keynes, Columbia University Press, 1972), a "alavanca" do crédito, tão importante nas teorias pré-keynesianas do ciclo, também teria papel de destaque em Keynes, para o qual "os bancos ocupam, em geral, uma posição chave na transição de um mais baixo a um mais alto nível de atividade" (Keynes, citado por Minsky, p. 121). Nesta como em outras passagens, Minsky vai longe demais no seu empenho em recuperar (e reforçar) as idéias de Keynes. Como se pode facilmente verificar, pelo menos na Teoria Geral (vide Notas Sobre os Ciclos de Comércio, cap. 22), Keynes deixa inteiramente de lado o papel do sistema de crédito no ciclo. Quanto a Kalecki, que não distingue em sua concepção de ciclo entre indústria e bancos (referindo-se, em regra, aos capitalistas "como um todo"), bem como entre lucros e juros, não atribui qualquer papel ao sistema de crédito na determinação das flutuações econômicas. Para uma penetrante análise do ativo e importante papel do sistema creditício no surto expansivo norte-americano do pós-guerra, vide Minsky, ob. cit., cap. 9. Acerca da mutação sofrida pela teoria dos ciclos a partir da Teoria Geral (1936), veja-se G.L.S. Shackle, *The Years of High Theory*, Cambridge University Press, 1967, p. 266 e seguintes.
- 53 Vide a este respeito, as observações de Mitchell acerca do custo da hora de trabalho, em diferentes fases do ciclo. W. Mitchell "Los Ciclos Economicos", em Alvin Hansen e R. Clemente, ob. cit., pp. 167 e seguintes.
- 54 Keynes havia anteriormente feito numerosas referências a estes autores. Referindo-se a Schumpeter, em particular, havia dito: "A parte razões menores acerca do porquê estas (as expectativas) deveriam flutuar num mundo em transformação, a explicação do professor Schumpeter dos movimentos maiores pode ser aceita sem reservas". J.M. Keynes, *A Treatise on Money*, The Royal Economic Society, 1971, II vol., p. 85.
- 55 Alvin Hansen, *Guia de Keynes*, ob. cit., p. 23.
- 56 Wesley Mitchell, "Business Cycle", em *Readings in Business Cycle Theory*, seleção de textos da American Economic Society, 1950, p. 44. Veja-se, a propósito, a negação da existência de ciclos de negócios por Fisher, e a resposta dada por Mitchell. W. Mitchell, *Business Cycle: The Problem and Its Setting*, National Bureau of Economic Research, Nova York, 1925, p. 465 e seguintes.
- 57 O que, é de se esperar, não deve ser tomado como uma dissimulada reincarnação da Lei de Say!
- 58 Joseph Schumpeter, *Business Cycles*, Mac Graw Hill, 1964, p. 131. Ao longo de toda uma década - a traumática década dos 30 - esta foi a realidade vivida pelo capitalismo. Quanto à Grande Depressão iniciada em 1873, a que se refere Dobb como um "divisor de águas entre dois estágios do capitalismo", parece ter sido um fenômeno essencialmente inglês. Não que a crise iniciada naquele ano tenha sido ligeira, ou mesmo "normal", em outras partes. Nos EEUU, por exemplo, ela durou cerca de cinco anos e meio. Mas a intensa expansão que se segue, nos EEUU, na Alemanha, bem como em outros países, não permite, em absoluto, falar em "senilidade e decadência" do capitalismo. Em suma, somente no caso inglês seria possível afirmar, com Dobb, que a crise iniciada em 1873, "continuava a meados dos anos 90..." "Maurice Dobb, *Studies in The Development of Capitalism*, International Publishers, 1947, p. 300. Veja-se, a propósito, E. J. Hobsbawm, *Industry and Empire*, Pelican Books, 1971, cap. 9. Acerca do declínio relativo da indústria inglesa (por setores), vide Derek Aldcroft, *The Development of British Industry and Foreign Competition, 1875-1914*, George Allen and Unwin, 1968.